



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular

Curso de Licenciatura  
(4<sup>o</sup> ano)

Unidade curricular

**Direito Fiscal – Turma da noite**

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

**Paula Cristina dos Santos Rosado Pereira – 2 horas**

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

**Nuno Oliveira Garcia**  
**Paulo Marques**

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

A presente unidade curricular visa a obtenção, pelos alunos, das bases teóricas do Direito Fiscal, na sua parte geral, em articulação com os princípios constitucionais em matéria fiscal. Não são, também, esquecidas as influências do Direito Europeu e da OCDE sobre o sistema fiscal nacional, bem como a análise crítica de vários dos temas fiscais mais controversos da atualidade.

A unidade curricular visa, igualmente, a apreensão pelos alunos de conhecimentos teóricos e práticos relativamente a vários dos impostos que integram o sistema fiscal português, com especial enfoque no IRS e no IRC. Estes conhecimentos procuram, por um lado, permitir aos alunos a resolução de casos práticos de alguma complexidade sobre os impostos em apreço e, por outro, o desenvolvimento de uma capacidade crítica relativamente à política legislativa e aos regimes fiscais em vigor.

Conteúdos programáticos

### **I. Introdução**

Caracterização do Direito Fiscal e princípios estruturantes

### **II. Tributos**

Conceito de tributos

Impostos, taxas e contribuições financeiras: conceito e elementos essenciais

Posição do Tribunal Constitucional sobre a matéria

Classificações dos impostos

### **III. Relação jurídica tributária**

Sujeitos

Categorias

Contribuinte, substituto e substituído tributário

Responsabilidade tributária

Sucessão tributária

Constituição, alteração e extinção da relação jurídica tributária

### **IV. Princípios constitucionais formais e materiais**

1. Princípio da legalidade fiscal

A reserva de lei fiscal: justificação, reserva de lei competencial e princípio da tipicidade fiscal

2. Princípio da proibição da retroatividade fiscal

Retroatividade e retrospectividade

A proteção da confiança



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- 3. Princípio da igualdade fiscal
- Princípio da capacidade contributiva
- 4. Princípio da tributação do rendimento real
- 5. Princípio da praticabilidade
- Presunções inilidíveis e tipificações legais
- Proibição de presunções e ónus da prova

#### **V. Impostos em especial**

*(permitindo a concretização dos pontos III. e IV. do Programa)*

##### 1. IRS

Características, estrutura e processo de liquidação do imposto

Incidência pessoal

Incidência real - Categorias de rendimentos

Determinação do rendimento tributável e regime de tributação de cada categoria

Elementos sintéticos do IRS – Normas comuns do imposto

##### 2. IRC

Enquadramento e noções gerais

##### 2. IVA

Enquadramento e noções gerais

#### **VI. Interpretação das leis fiscais**

Regras gerais

Conceitos importados

O art. 11. da LGT

Indeterminação legal e analogia

#### **VII. Elisão ou abuso fiscal, evasão e fraude fiscais e planeamento fiscal agressivo**

Segurança jurídica e justiça fiscal

Planeamento fiscal, evasão fiscal, elisão fiscal

Cláusula geral antiabuso e cláusulas específicas antiabuso

#### **Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular**

Os conteúdos programáticos, ao abarcarem tanto a parte geral do Direito Fiscal, como alguns dos impostos estruturantes do nosso sistema, em particular ao nível da tributação do rendimento, visam articular harmoniosamente as perspetivas teóricas e práticas do Direito Fiscal. Procura-se, assim, facilitar a apreensão pelos alunos das bases teóricas e dogmáticas do Direito Fiscal, dotá-los dos conhecimentos necessários para a resolução de casos práticos de alguma complexidade e, ainda, contribuir para o desenvolvimento de uma capacidade crítica relativamente à política legislativa e aos regimes fiscais em vigor.

#### **Metodologias de ensino (avaliação incluída)**

Existe uma articulação entre as aulas teóricas e as práticas, bem como um trabalho conjunto dos vários elementos da equipa, no sentido se aliarem as componentes teórica e dogmática do Direito Fiscal com a análise de casos concretos e de jurisprudência.

#### **Bibliografia principal**



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

*i) Direito Fiscal – Parte geral*

Ana Paula Dourado, *Direito Fiscal - Lições*, 4<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2019

Ana Paula Dourado, *O Princípio da Legalidade Fiscal - Tipicidade, Conceitos Jurídicos Indeterminados e Margem de Livre Avaliação*, Almedina, Coimbra, 2007 – (Vide capítulo I, para a matéria do princípio da legalidade fiscal)

*ii) IRS*

Paula Rosado Pereira, *Manual de IRS*, 2<sup>a</sup> ed., Almedina, Coimbra, 2019

*iii) IRC*

Paulo Marques, Joaquim Miranda Sarmiento, Rui Marques, *IRC – Problemas Atuais*, 2<sup>a</sup> ed., AAFDL Editora, Lisboa, 2018